

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Um estudo comparativo da rentabilidade de três instituições financeiras listadas na B3

ANÁLISIS DE ESTADOS FINANCIEROS: Estudio comparativo de la rentabilidad de tres instituciones financieras que figuran en B3

Pâmela dos Santos da Silva¹

Antionielle Pagnussat²

Elizeu Martins de Oliveira Júnior³

Daniele Romanin da Silva Cunha⁴

RESUMO

As demonstrações contábeis são relatórios contábeis de suma importância, pois é através dos mesmos que é possível analisar com a saúde financeira, econômica e operacional de uma determinada instituição, sendo assim, o presente estudo se utiliza destas para realizar suas investigações. Este trabalho tem como objetivo verificar como os índices de rentabilidade se comportam em três grandes instituições financeiras atuantes no Brasil, conhecidas como bancos, que estão listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) popularmente conhecida como bolsa de valores, e a partir desta análise realizar um comparativo entre as essas instituições financeiras – Banco do Brasil, Bradesco e Santander. Esta pesquisa foi avaliada pelo método de estudo de caso e o período compreendido é de 2016 a 2020. Como esse estudo tem como amostra instituições do ramo bancário, foi utilizado índices que são específicos para este setor, como Rentabilidade da Atividade Bancária e também índices que são utilizados em todos os ramos de atividade, como a Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE). A partir dos índices de rentabilidade utilizados nesse estudo, constatou que uma dessas instituições possui resultados bem reduzidos se comparados com as outras duas, e que também houve grandes oscilações de índices entre os períodos comparados de cada uma, o que resultou em redução dos índices.

¹ Acadêmica do VIII Termo do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena – AJES. E-mail: pamela.silva.acad@ajes.edu.br

² Diretora Acadêmica e Coordenadora dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração da AJES - Faculdade do Vale do Juruena. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Pós-Graduada em Finanças, Auditoria e Controladoria pela AJES, Mestra em Ciências Contábeis pela Fucepe School. E-mail: Antionielle.pagnussat@gmail.com

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena – AJES. Possui graduação em Matemática (2014) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), possui especialização em Tecnologias e Educação a Distância (2021), obteve o título de Mestre (2015) e Doutor (2020) em Ciências Geodésicas (Geomática) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: elizeu.martins@ajes.edu.br

⁴ Mestre e Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis - Faculdade do Norte de Mato Grosso - (AJES/MT), Mestre em Ciências Contábeis com habilitação em Contabilidade Gerencial e Tributária pela Fucepe Business School. Formada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso. Formada em Auditoria e Perícia Contábil pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Perita Contábil e Financeira pelo Conselho Federal de Contabilidade CNPC Nº 6313. Email: danieleromanin@gmail.com

Palavras-Chaves: Instituições Financeiras, Índices de Rentabilidade, Demonstrações Contábeis.

RESUMEN

Los estados financieros son informes contables muy importantes, pues es a través de ellos que se puede analizar cómo es la salud financiera, económica y operativa de una determinada institución, por lo que el presente estudio los utiliza para realizar sus investigaciones. Este trabajo tiene como objetivo verificar cómo se comportan los índices de rentabilidad en tres grandes instituciones financieras que operan en Brasil, conocidas como bancos, que cotizan en la B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) conocida popularmente como la bolsa de valores, y a partir de este análisis hacer una comparación entre estas instituciones financieras - Banco do Brasil, Bradesco y Santander. Esta investigación fue evaluada por el método de estudio de caso y el período abarcado es de 2016 a 2020. Como este estudio cuenta con una muestra de instituciones bancarias, se utilizaron índices específicos de este sector, como Rentabilidad de la Actividad Bancaria y también índices que se utilizan en todas las ramas de actividad, como la Rentabilidad del Patrimonio Líquido (ROE). Y en base a los índices de rentabilidad utilizados en este estudio, se encontró que una de estas instituciones tiene resultados muy bajos en comparación con las otras dos, y que también hubo grandes fluctuaciones en los índices entre los períodos comparados para cada una, lo que resultó en una reducción de los índices.

Palabras clave: Instituciones financieras, Ratios de rentabilidad, Estados financieros.

1 INTRODUÇÃO

As instituições financeiras, mais popularmente conhecidas como bancos, corretoras de valores, cooperativas de crédito, são fundamentais para o crescimento da economia, uma vez que são responsáveis pela alocação dos investimentos de grande parte da poupança popular de um país (PRIMO *et al.*, 2013). Os bancos são responsáveis pela circulação de todo o dinheiro de um país, isto porque, são estas as instituições em que se deposita e também retira-se dinheiro, tais operações se dão de várias formas, podendo ser um simples depósito mensal para a poupança, até um empréstimo de pequenos à grandes valores.

“A rentabilidade dos bancos é geralmente considerada um fator relevante para garantir a solidez do sistema financeiro, reduzindo os riscos associados aos eventos de insolvência nesse setor” (DANTAS; MEDEIROS; CAPELLETTO, 2012, pg. 49).

E ainda segundo Dantas, Medeiros e Capelletto (2012, pg. 50), “Pela natureza da atividade de intermediação financeira, a rentabilidade das instituições bancárias é foco de constante preocupação nas diversas economias”. O estudo da rentabilidade bancária indica a performance do banco, sendo alta garante a solidez da instituição e também pode indicar comportamento oportunista dessas instituições (DANTAS; MEDEIROS; PAULO, 2011).

Este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo de caso em três instituições financeiras de capital aberto, que integram a bolsa de valores da B3, apontando qual destas tem a melhor performance quando se trata dos indicadores de rentabilidade. Na relação de empresas que integram a bolsa de valores, estão listadas empresas de diversos ramos/setores. A preferência de realizar este trabalho baseado em instituições financeiras se dá pela importância

que estas representam em um país, pois sua magnitude implica na economia de um país.

As empresas escolhidas para o estudo de caso possuem distinções quanto à sua constituição, sendo que os bancos Santander e Bradesco são instituições privadas e o Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista, onde o maior acionista é o Governo Federal.

A análise será feita considerando o período entre 2016 e 2020. A pesquisa tem caráter quantitativo, quanto aos objetivos classifica-se como exploratória e utiliza os procedimentos técnicos de Pesquisa Bibliográfica e Estudo de Caso.

A pesquisa mencionada é importante para a formação acadêmica, uma vez que possibilitará aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso de Ciências Contábeis, além de ser uma ferramenta para avaliar o desempenho do acadêmico. Através desse estudo os futuros acadêmicos poderão analisar e estudar sobre o referido assunto. Para a sociedade em geral o assunto é pertinente, tendo em vista que a maioria das pessoas não se utiliza de nenhum parâmetro técnico quando decide tornar-se acionista de um banco.

O estudo está dividido em seções, sendo a primeira que trata da introdução, na segunda está disposta a base teórica que fundamenta o trabalho, na terceira consta a metodologia, na quarta seção está o estudo de caso e na quinta e última seção estão as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional é muito importante na economia de um país, uma vez que tem como objetivo promover o desenvolvimento equilibrado, sendo composto por várias instituições, que são classificadas de acordo com suas funções, de forma geral, pode se dizer que algumas são responsáveis pela normatização desse sistema e outras são responsáveis por realizar a intermediação financeira.

O Sistema Financeiro pode ser definido de forma ampla como um conjunto de instituições que se dedicam, de certa maneira, ao trabalho de proporcionar condições que satisfaçam a manutenção de um fluxo de recursos entre produtores e investidores. O mercado financeiro, local onde se processam tais informações, possibilita que qualquer pessoa física ou jurídica, que não possuem esperanças de aplicação em um empreendimento oportuno, com relação à poupança que é capaz de gerar, seja colocado com outro que tenha perspectivas de investimento superadas com relação as disponibilidades de poupança – agente econômico deficitário (FORTUNA, 2015, p. 16).

A função do Sistema Financeiro Nacional é fazer uma ligação de recursos entre aqueles que poupam e entre aqueles que possuem uma necessidade maior de recursos financeiros, seja por que, estes consomem mais ou até mesmo porque realizam mais investimentos.

Segundo Porto (2015) “O Sistema Financeiro Nacional (SFN) representa o conjunto das instituições financeiras que operam no dia a dia do mercado financeiro, sendo fiscalizadas pelos órgãos reguladores [...]”.

Assim, como qualquer outra instituição, as instituições financeiras precisam ser regulamentadas por outros órgãos. Tanto os órgãos que regulamentam, quanto as instituições financeiras, fazem parte do Sistema Financeiro Nacional. A finalidade da existência dessas

normatizações é possibilitar o bom desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional e para garantir que a sociedade em geral seja beneficiada com a existência do mesmo.

Outra definição mais sucinta em relação ao Sistema Financeiro Nacional é: “O sistema financeiro nacional é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, e seu órgão normativo é o Conselho Monetário Nacional (CMN)” (NETO, 2006, p. 44).

O Sistema Financeiro Nacional é bastante amplo, tanto em relação aos serviços prestados, quanto na sua composição, possuindo em sua formação instituições de várias naturezas, sendo desde instituições públicas até instituições privadas.

O Conselho Monetário Nacional (CMN), [...], é o órgão normativo mais importante do Sistema Financeiro Nacional. Foi instituído pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que estabelece como objetivo principal a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social. (KERR, 2011, p.15)

O Conselho Monetário Nacional é considerado como o órgão máximo da estrutura do Sistema Financeiro Nacional, todos os outros órgãos e instituições financeiras são subordinados a este. A existência de um órgão máximo de regulamentação é importante para que as instituições financeiras mantenham o foco nas atividades reais a serem desenvolvidas por elas.

O sistema financeiro é constituído pelo conjunto de instituições que intermediam os demandantes e ofertantes de recursos financeiros; os intermediários financeiros brasileiros mais importantes são os bancos comerciais e os bancos múltiplos. O sistema financeiro nasce como resposta a uma demanda de recurso para fins produtivos e de consumo, e está apoiado num esquema institucional que se concretiza numa série de intermediários específicos, como bancos comerciais, financeiras, caixas econômicas etc. (TROSTER; MOCHÓN, 2002, p.233).

As instituições financeiras prestam serviço a diferentes tipos de público-alvo, logo, verificou-se que estas também apresentam suas especificidades quanto a tais serviços, mesmo que apresentam uma grande diversidade nestes, há um foco central direcionado às áreas as quais possuem maior destaque, seja por a maior parte dos clientes pertencer a um determinado ramo ou devido à localidade destas, pode-se citar como exemplo instituições cujo foco são grandes empresas ou indústrias, enquanto que outras direcionam seu foco para demandas envolvendo produtores rurais ou pequenas empresas e etc. Ou seja, as instituições embora tenham serviços disponíveis à diversos públicos, possuem uma ênfase interna voltada a obtenção de clientes em que possui destaque.

O mercado financeiro é muito importante na economia de um país dado que “mercado financeiro pode ser definido como elemento dinâmico no processo de crescimento econômico, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança e investimento” (FORTUNA, 2015, p. 16).

O Sistema Financeiro Nacional possui duas vertentes, como as que são apresentadas nesse trecho por Kerr:

O Sistema Financeiro Nacional pode ser classificado em dois subsistemas. O primeiro é o subsistema normativo, que edita as normas que regem o sistema financeiro e fiscaliza suas aplicações. Ele é composto dos órgãos normativos propriamente ditos e das entidades supervisoras. O segundo é o subsistema operador, composto das instituições (operadores) que fazem a intermediação financeira entre agentes superavitários e agentes deficitários do Sistema Financeiro Nacional. (KERR, 2011, p.13). Estruturado e regulado pela Lei de Reforma Bancária (1964), Lei do Mercado de Capitais (1965) e, mais recentemente, com a Lei de Criação dos Bancos Múltiplos (1988). É constituído por todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, existentes no país. (NETO, 2006, p.45)

O Mercado Financeiro Nacional sofreu várias mudanças ao longo da história até constituir o modelo atual, sendo que para tal, foi necessário a regulamentação do mesmo através de leis. Segundo Fortuna (2015, p. 15), “Até 1964, o Sistema Financeiro Nacional – SFN – carecia de uma estruturação racional adequada às necessidades e carência da sociedade como um todo”. A partir de então, foi editada uma série de leis que possibilitou esse reordenamento:

Quadro 1- Histórico do Sistema Financeiro Nacional

Instrumento	Problema	Soluções
Lei da Correção Monetária (4.357/64)	Historicamente, a inflação brasileira superava os 12% ao ano e, com base no Direito Canônico, a Lei da Usura limitava os juros a 12% ao ano. As empresas e os indivíduos preferiam aplicar seus recursos disponíveis em outras alternativas, adiando inclusive, o pagamento de suas obrigações tributárias. A mesma limitava a capacidade do Poder Público de financiar-se mediante a emissão de títulos próprios, impondo a emissão primária de moeda para satisfazer as necessidades financeiras. Além disso, os valores históricos de demonstrativos financeiros deixavam de espelhar adequadamente a realidade econômica, novamente com consequências tanto para o Tesouro, tendo em vista a redução da carga tributária, quanto para os potenciais investidores.	A lei instituiu normas para a indexação de débitos fiscais, criou títulos públicos federais com cláusula de correção monetária obrigação reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) – destinados a antecipar receitas, cobrir déficit público e promover investimentos.
Lei do Plano Nacional da Habitação (4.380/64)	A recessão econômica dos anos 60 aumentava a massa de trabalhadores com pouca qualificação, e o Estado não tinha condições de criar ou fomentar diretamente postos de trabalho para esta mão de obra. Uma alternativa seria a criação de empregos na construção civil.	Foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), órgão gestor do também criado Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), destinado a fomentar a construção de casas populares e obras de saneamento e infraestrutura urbana, com moeda própria (UPC – Unidade Padrão de Capital) e seus próprios instrumentos de captação de recursos – Letras Hipotecárias, Letras Imobiliárias e Cadernetas de Poupança. Posteriormente, a esses recursos foram adicionados os do Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS.
Lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional (4.595/64)	Os órgãos de aconselhamento e gestão da política monetária, de crédito e finanças públicas concentravam-se no Ministério da Fazenda, na Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC – e no Banco do Brasil, e essa estrutura não correspondia aos crescentes encargos e responsabilidades na condução da política e econômica.	Criado o Conselho Monetário Nacional – CMN – e o Banco Central do Brasil, bem como estabelecidas as normas operacionais, rotinas de funcionamento e procedimentos de qualificação aos quais as entidades do sistema financeiro deveriam se subordinar.
Lei do Mercado de Capitais (4.728/65)	O problema de popularização do investimento estava contido em função da nítida preferência dos investidores por imóveis de renda e reserva do valor. Ao governo interessavam a evolução dos níveis de poupança internos e o seu direcionamento para investimentos produtivos.	Estabelecidos normas e regulamentos básicos para a estruturação de um sistema de investimento destinado a apoiar o desenvolvimento nacional e atender à crescente demanda por crédito.

Lei da CMV (6.385/76)	Faltava uma entidade que absorvesse a regulação e fiscalização do mercado de capitais, especialmente no que se referia às sociedades de capital aberto	Criada a comissão de Valores Mobiliários – CVM –, transferindo do Banco Central a responsabilidade pela regulamentação e fiscalização das atividades relacionadas ao mercado de valores mobiliários (ações, debêntures etc.).
Lei das S.A (6.404/76)	Era necessário atualizar a legislação sobre as sociedades anônimas brasileiras, especialmente quanto aos aspectos relativos à composição acionária, negociação de valores mobiliários (ações, debêntures etc.) e modernização do fluxo de informação.	Estabelecidas regras claras quanto às características, forma de constituição, composição acionária, estrutura de demonstrações financeiras, obrigações societárias, direitos e obrigações de acionistas e órgãos estatutários e legais.
Nova Lei das S.A (10.303/01), Decreto 3.995 e MP 8, todos de 31/10/2002	O mercado de capitais cada vez mais perdia espaço para o exterior pela ausência de proteção ao acionista minoritário e insegurança quanto às aplicações financeiras.	Consolidados os dispositivos da Lei da CMV e da Lei das S.A., melhorando a proteção aos minoritários e dando força à atuação da CMV como órgão regulador e fiscalizador do mercado de capitais, incluindo os fundos de investimento e os mercados de derivativos.
Resolução CMN 3.040, de 28/11/2002, e seu regulamento anexo	Era necessário que fossem criadas regras claras que o BC tivesse condições de analisar o projeto de abertura de novas instituições financeiras, tais como seus padrões de governança, estudo de viabilidade econômico-financeira para a área de atuação pretendida, estrutura organizacional e de controles internos.	Estabelecidas as regras para disciplinar os requisitos e procedimentos para a constituição, autorização para funcionamento, transferência de controle societário e reorganização societária, bem como o cancelamento da autorização para funcionar de instituições financeiras e demais entidades equiparadas que precisam de autorização prévia do BC, para operar no País.

Fonte: Fortuna, 2015, p. 15-16, adaptado pela autora em 2021.

O quadro apresenta problemas relacionados ao Sistema Financeiro Nacional e consecutivamente as soluções, sendo que estas por sua vez, foram normatizadas através de leis que contribuíram para a atual estrutura do Sistema Financeiro atual.

2.1.1 Instituições Financeiras

Antes de pontuar o contexto propriamente inerente as instituições financeiras existentes, é de suma importância destacar que a finalidade das mesmas é de promover uma intermediação financeira, e assim realizar uma breve abordagem deste assunto. Segundo Lopes e Rossetti: “Independentemente da estrutura institucional do sistema financeiro da economia, a função essencial da intermediação financeira é a de processar os fluxos de financiamento indireto da economia”. (LOPES; ROSSETTI, 2005, p.411).

As instituições financeiras são responsáveis por possibilitar uma mediação entre aqueles que possuem e aqueles que buscam por recursos financeiros. “A característica intrínseca à atividade de um banco é a intermediação financeira, sintetizada pelo processo de tomada de recursos dos agentes superavitários e empréstimo desses mesmos recursos aos agentes deficitários” (GARTNER; MOREIRA; GALVES, 2009, p. 109).

Os agentes superavitários são aqueles que possuem recursos financeiros disponíveis e assim utilizam-se das instituições financeiras para fazer a aplicação desses recursos em poupanças e

investimentos, já os agentes deficitários são aqueles que buscam por recursos financeiros para realizar pagamentos ou até mesmo realizar um determinado investimento financeiro.

Lopes e Rossetti, destacam benefícios das intermediações financeiras para os agentes econômicos, sendo um dentre eles o seguinte:

A existência de intermediários financeiros pode minimizar os custos de cobertura de riscos existentes em determinado sistema sócio-econômico. O custo de uma operação financeira deve necessariamente cobrir os riscos não apenas inerentes às intenções e às possibilidades futuras dos agentes econômicos envolvidos, mas também os relacionados com contingências não controladas pelos próprios agentes, como desastres naturais, crises econômicas gerais e localizadas, incêndios e outros infortúnios. À medida que o processo de intermediação financeira abrange grande número de agentes, de regiões diferentes e de atividades diversificadas, os riscos reduzem-se os custos correspondentes. Dilui-se, assim, o custo da proteção contra os riscos existentes. (LOPES; ROSSETTI, 2005, p. 412).

Além dos benefícios citados acima, Lopes e Rossetti, também conceituam outros benefícios das intermediações financeiras, mas desta vez, em relação a economia como um todo, sendo um deles:

A intermediação pode elevar os níveis de formação de capital, mediante maior incentivo à poupança individual. À medida que existem marcantes diferenças entre os agentes econômicos, quanto à magnitude de suas rendas correntes, a existência de intermediários financeiros viabiliza não apenas a transformação de grandes excedentes monetários em ativos financeiros, como também a de excedentes de diminuta expressão absoluta. Ampliam-se, se assim, as possibilidades individuais de acesso ao mercado financeiro, alargando-se o número de agentes participantes, fomentando o fluxo agregado de poupança e tornando possível maiores dispêndios de investimento. Evidentemente, pelas mesmas razões apontadas, a intermediação pode ensejar a expansão da demanda agregada de consumo, na hipótese de se destinar ao consumo uma parcela das disponibilidades ociosas captadas pelos intermediários. (LOPES; ROSSETTI, 2005, p. 412-413).

Verifica-se que a intermediação financeira, além de promover benefícios para aqueles que fazem seu uso, é um fator que contribui também para o desenvolvimento econômico, pois uma vez há crescimento na renda de uma sociedade, o país ou região, deixa de investir em problemas decorrentes da falta de recursos financeiros e passa a ter menos prejuízos ou gastos.

Em sua obra literária, Neto afirma que as instituições financeiras possuem duas classificações:

As instituições financeiras podem ser classificadas em dois tipos: *bancárias* ou *monetárias* e *não bancárias* ou *não monetárias*. As instituições financeiras conhecidas por *bancárias* são aquelas a quem se permite a criação de moeda por meio do recebimento de depósitos a vista [...]. Operam basicamente com ativos financeiros monetários que representam os meios de pagamento da economia (dinheiro em poder do público mais depósitos a vista em bancos). Essas instituições são representadas fundamentalmente pelos bancos comerciais e múltiplos. As instituições financeiras não bancárias, ao contrário, não estão legalmente autorizadas a receber depósitos a vista, inexistindo, portanto, a faculdade de criação de moeda. Essas instituições trabalham basicamente com ativos não monetários, tais como ações, letras de câmbio, certificados de depósitos bancários, debêntures etc. e são constituídas por praticamente todas as instituições financeiras que operam no mercado financeiro, exceto bancos comerciais e múltiplos. Exemplos de instituições não bancárias: sociedades corretoras, bancos de investimento, sociedades financeiras, sociedades de arrendamento mercantil etc. (NETO, 2006, p. 45).

“No agrupamento das instituições financeiras, os bancos comerciais, por suas múltiplas funções, constituem a base do sistema monetário e, devido aos serviços prestados são, sem dúvida, a mais conhecida das instituições financeiras” (FORTUNA, 2015, p.28).

Como citado no trecho acima por Fortuna (2015), os bancos comerciais são as instituições financeiras mais populares, Neto por sua vez explica como estas funcionam:

Os bancos comerciais são instituições financeiras constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedades anônimas. Executam operações de crédito caracteristicamente de curto prazo, atendendo, dessa maneira, às necessidades de recursos para capital de giro das empresas. (NETO, 2006, p. 51).

Entre as instituições financeiras existentes, os bancos comerciais se destacam por oferecerem serviços que são mais comuns no dia-a-dia, trabalham diretamente com a moeda e oferecem diversos serviços, atendendo clientes com características peculiares uns dos outros.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Antes de tratar especificamente da análise de demonstrações contábeis é importante se atentar para o conceito de contabilidade e a importância da mesma, para compreender melhor quais horizontes serão necessários traçar para abordagem deste tema.

Contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeiro dessa entidade em uma determinada data. (GOUVEIA, 2001, p.1)

A contabilidade se preocupa em demonstrar como uma entidade se comporta economicamente, elaborando relatórios que comprovem a real situação financeira, mostrando se há irregularidades financeiras ou se a empresa está em uma posição para realizar operações que envolvam seu patrimônio, com o objetivo de diminuir riscos e prejuízos.

Segundo SÁ, “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais” (2010, p.46).

A partir de tais definições pode-se constatar que a contabilidade trata especificamente das informações referentes ao patrimônio de uma entidade, levando em consideração todos os relatórios financeiros da mesma.

A importância de registrar as transações de uma companhia é proveniente de uma série de fatores, como por exemplo: o dinamismo das empresas, com mudança dos seus dirigentes e do pessoal que as opera [...]; a necessidade de comprovar, com registros e documentos, a veracidade das transações ocorridas; a possibilidade de reconstituir, com detalhes, transações ocorridas muitos anos antes; a necessidade de registrar as dívidas contraídas, os bens adquiridos, ou o capital que os proprietários investiram no negócio. E, ainda, informar os reflexos que as transações provocam na situação econômico-financeira de uma companhia para que os diversos interessados em seu passado, presente ou futuro tenham conhecimento do seu progresso, estagnação financeira ou retrocesso. (GOUVEIA, 2001, p.1).

Portanto, a partir das palavras de GOUVEIA (2001), pode-se observar a importância da contabilidade, tanto para a entidade quanto para acionistas e futuros acionistas se for o caso, pois a partir da contabilidade é que se obtém informações relevantes com relação à saúde financeira de uma entidade. Tomando o processo de análise e compreensão dos dados e desenvolvimento da empresa compreensível aos demais, visto que há um detalhamento das

informações, o qual possibilitará a tomada de decisão de outrem quanto ao investimento ou não nesta instituição.

Neste sentido, é importante evidenciar que as demonstrações contábeis vêm para contribuir em tal processo, tornando o dinâmico e transparente quanto à realidade e possíveis prospecções quanto ao futuro financeiro e econômico da instituição. O que é corroborado por DINIZ, ao conceituar “...o que as demonstrações contábeis informam são partes da verdade acerca da realidade econômico-financeira da entidade. Apenas o que foi captado por meio das regras contábeis vigentes em dada época” (2014, p. 1-2).

As demonstrações contábeis são muito importantes para os usuários externos, uma vez que estas disponham de uma série de dados que se tornariam inviáveis se fossem solicitados separadamente e certamente tomaria muito tempo para analisá-los e tomar conclusões.

Através da análise das demonstrações contábeis, é possível avaliar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial da empresa, quanto aos períodos passados, confrontando-o ou não com metas e diretrizes preestabelecidas. É possível ainda realizar comparações com as tendências regionais ou dos segmentos onde a empresa esteja inserida, determinando também as perspectivas futuras de rentabilidade ou continuidade dos negócios, possibilitando aos gestores tomarem decisões de financiamentos e investimentos, bem como a implementarem mudanças de práticas, caso as tendências projetadas sinalizem um cenário não condizente com as políticas até então estabelecidas, ou até mesmo subsidiar o estabelecimento de novos rumos. (SILVA, 2009, p. 6).

É por meio das demonstrações contábeis que usuários, como os investidores podem observar e concluir como a entidade se comporta tanto no seu meio interno, como no campo externo, onde estas inseridas. Logo, é possível que tais usuários tomem para si suas próprias conclusões, a partir de dados mensurados rigorosamente e que tem como princípio a confiabilidade, não partindo de informações não oficiais.

“As demonstrações contábeis (financeiras) consistem num conjunto de demonstrativos, previsto por lei ou consagrados pela prática, normalmente elaborados ao final do exercício social”. (REIS, 2009, p. 56).

As demonstrações contábeis são analisadas, para que assim se chegue em uma conclusão acerca do patrimônio e dos recursos financeiros e econômicos de uma entidade. Tal análise é uma investigação legal, de forma a não comprometer a ordem da entidade.

A Análise das Demonstrações Contábeis é uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas à apuração de indicadores que permitam avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica). (SILVA, 2007, p. 4).

Os objetivos da análise das demonstrações contábeis, leva em consideração tanto os aspectos qualitativos, quanto os quantitativos, ou seja, trabalha com inúmeras informações, pode se observar esta afirmativa, neste trecho:

Embora possa variar quanto a sua denominação – análise contábil, análise financeira, análise econômico-financeira, análise de balanços etc. –, a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa. (BRAGA, 2012, p. 129).

As demonstrações contábeis são de grande importância na gestão de uma empresa, uma vez que estas implicam nas tomadas de decisões, que conseqüentemente definirão o futuro da empresa.

“De modo geral, podemos dizer que o objetivo básico das demonstrações financeiras – ou demonstrações contábeis, como queiram – é fornecer informações para a correta gestão dos negócios e para a correta avaliação dos resultados operacionais”. (REIS, 2009, p. 57)

A análise das demonstrações contábeis é importante tanto para o meio interno, quanto para meio externo:

Muito bem... mas qual o objetivo da análise das demonstrações contábeis? De forma ampla, é extrair informações das demonstrações contábeis para tomada de decisões. Mas a definição de quais informações a serem extraídas depende de qual usuário irá utilizá-las. Como se sabe, são muitos os usuários da Contabilidade: credores, acionistas (institucionais, como os fundos de investimentos, especuladores de mercado, poupadores etc.), fisco, sindicatos, clientes, concorrentes, entre outros, [...]. (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014, p. 4).

Pode-se concluir que a análise das demonstrações contábeis possui muita relevância, tanto para os gestores da empresa, que a utilizam para verificar a situação patrimonial e tomarem as medidas cabíveis, quanto para os usuários externos, que a utilizam para terem noção do risco que podem enfrentar.

2.3 BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial está diretamente ligado a análise das demonstrações contábeis, esta afirmativa pode ser melhor compreendida a partir da relação que Matarazzo faz entre estes: “As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente, quanto melhores informações produzir”. (MATARAZZO, 2008, p. 15).

Sabemos também que:

O patrimônio é apresentado em um demonstrativo denominado **Balanço Patrimonial**, no qual são discriminadas as aplicações efetuadas em “bens” e “direitos” (no Ativo) e as origens dos recursos que possibilitaram a aplicação nos bens e direitos do Ativo (no Passivo). (REIS, 2009, p. 11).

Sabendo que análise de balanços se utiliza de dados das demonstrações contábeis e os transforma em informações, faz-se necessário, entender em que consiste o balanço patrimonial:

O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa. (NETO, 2007, p. 67).

Assim, como já foi citado por Neto, as informações que o balanço fornece são estáticas, essa característica se dá pelo fato de que as empresas tem como necessidade para sua sobrevivência ou desenvolvimento, a realização diversas transações, que podem ir desde de compras de estoque, recebimentos de duplicatas até os investimentos realizados no patrimônio.

Segundo Matarazzo, o balanço patrimonial:

É a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – Ativo –, assim como as obrigações – Passivo Exigível – em determinada data. A diferença entre Ativo e Passivo é chamada de Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, quer através de recursos trazidos de fora da empresa, quer gerados por esta em suas operações e retidos internamente. (MATARAZZO, 2008, p. 41).

Mais uma vez, pode se perceber o porquê de o balanço patrimonial ser instável, uma vez que o mesmo é constituído de bens, direitos e obrigações, e estes estão em constantes mudanças em razão das operações que são praticadas em uma entidade.

É importante também destacar que o balanço patrimonial possui em sua estrutura, apenas os fatos que podem ser contabilizados e reconhecidos como dinheiro, assim como afirma Matarazzo:

Além disso, é preciso lembrar que o balanço mostra apenas os fatos registráveis, segundo os princípios contábeis, ou seja, os fatos objetivamente mensuráveis em dinheiro, como compras, vendas, pagamentos, recebimentos, depósitos, débitos em conta, despesas incorridas, receitas faturadas etc., deixando de lado uma série inumerável de fatos, como marcas, participação de mercado, imagem, tecnologia etc. (MATARAZZO, 2008, p. 43).

Apesar de não serem mensuráveis em dinheiro, as marcas, as participações em mercado e a tecnologia, são fatores importantíssimos que podem ou não fazer com que a empresa detenha um bom desenvolvimento econômico-financeiro.

Neto destaca como se dá a estrutura do balanço patrimonial, no trecho a seguir:

O balanço compõe-se de três partes essenciais: ativo, passivo e patrimônio líquido. Cada uma dessas partes apresenta suas diversas contas classificadas em “grupos”, os quais, por sua vez, são dispostos em ordem decrescente de grau de liquidez para o ativo são dispostos em ordem decrescente de grau de liquidez para o ativo e em ordem de exigibilidade para o passivo. (NETO, 2007, p. 67).

A estrutura de um balanço patrimonial segue uma série de parâmetros, tanto no que se refere aos fatos que podem ser registrados, quanto à ordem de classificação dos mesmos e o seu grau de liquidez, possibilitando uma uniformização dos dados.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, tem como foco principal apresentar as variações que ocorrem no Patrimônio Líquido durante o exercício social, revelando lucros ou prejuízos de uma determinada empresa. Neto afirma que:

A demonstração de resultados do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro/prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas de patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridas pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos. (NETO, 2007, p.84).

Logo nota-se que na DRE não estão sendo consideradas as entradas de dinheiro, mas apenas operações de natureza econômica. Ainda segundo Matarazzo: “A Demonstração do Resultado retrata apenas o fluxo econômico e não o fluxo monetário (fluxo de dinheiro). Para a Demonstração do Resultado não importa se uma receita ou despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido”. (MATARAZZO, 2008, p. 45).

É importante perceber que na DRE está sendo demonstrado valores que ainda não estão em posse da empresa, como por exemplo, duplicatas a receber, sabendo disso uma empresa não pode apenas considerar a DRE para verificar a sua saúde financeira.

A DRE tem a finalidade de demonstrar os aumentos e as reduções do Patrimônio Líquido em função das operações praticadas pelas empresas. Geralmente as receitas representam um aumento no ativo e conseqüentemente um aumento do Patrimônio Líquido. Já as despesas podem representar tanto uma diminuição de ativo, quanto um aumento de passivo exigível e conseqüentemente implicará na redução do Patrimônio Líquido. (MATARAZZO, 2008, p.45). Sendo assim, pode ser dizer que a DRE é um instrumento que realiza um diagnóstico dessas receitas e despesas, para depois condiciona-las ao Patrimônio Líquido.

2.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta indispensável da qual se extrai informações para a tomada de decisões. E assim como em qualquer instituição, isso também se faz muito importante nas instituições financeiras. Segundo Darós e Borba:

Demonstrar as alterações patrimoniais e gerar informações é um dos objetivos da Contabilidade. Essa tarefa tem se tornado cada vez mais complexa nos últimos anos devido, principalmente, ao desenvolvimento e volatilidade do sistema financeiro e pela sofisticação e complexidade das transações econômicas. (DARÓS; BORBA, 2005, p.69).

A economia está em constante desenvolvimento e com isso é muito importante que as análises das demonstrações contábeis possam refletir as informações com a maior clareza possível, sem desvios, de forma coerente.

Embora possa variar quanto a sua denominação – análise contábil, análise financeira, análise econômico-financeira, análise de balanços etc. –, a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa. (BRAGA, 2012, p. 129).

Como dito no trecho acima, a análise das demonstrações contábeis, proporciona dados que tem a capacidade de influenciar diversos fatores de uma empresa ou de uma instituição, para tanto, cada um desses fatores é realizado análises específicas, ou seja, de acordo com a sua natureza. A análise das demonstrações contábeis faz uso de várias medidas para o seu estudo de caso, sendo alguma delas: a análise horizontal, a análise vertical, índice de rentabilidade e índice de liquidez entre outros indicadores. (LINS; FILHO, 2012).

2.6 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade são indicadores que buscam demonstrar se há retorno ou não das atividades exercidas por uma empresa. De acordo com SILVA (2007), os indicadores de rentabilidade avaliam a produtividade, a lucratividade e a eficiência da gestão dos seus investimentos totais.

“De fato, uma empresa possui boa situação econômico-financeira quando apresenta adequado equilíbrio entre sua liquidez e rentabilidade.” (BRAGA; NOSSA; MARQUES, 2004, p. 52).

3. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho de pesquisa tem como intuito contribuir para a clareza e facilidade de interpretação dos dados obtidos pela mesma. Este trabalho se alicerçou no método de pesquisa aplicada, realizando análise de informações de instituições financeiras que assumiram o papel de objetos alvos na coleta de dados.

Esta pesquisa busca realizar um estudo comparativo entre três instituições financeiras, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, tomando como ponto de partida a análise de suas demonstrações contábeis – sendo que serão utilizados o balanço patrimonial e a DRE – e a partir destas calcular os índices de rentabilidade destas instituições. Os índices de rentabilidade estabelecidos foram: Geração de Rendias, Margem Bruta, Margem Líquida, Margem operacional, Rentabilidade da atividade bancária, retorno sobre o ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido. A seguir segue o quadro com a descrição de cada variável que compõe os índices de rentabilidade empregados nessa pesquisa.

Quadro 2. Descrição das Variáveis de Rentabilidade

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
RBIF	Resultado Bruto da Intermediação Financeira
RIF	Receita da Intermediação Financeira
RPCC	Resultado da Participação em Controladas e Coligadas

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Na tabela abaixo, está listado os índices de rentabilidade citados no parágrafo anterior e suas respectivas formulas.

Quadro 3. Indicadores Financeiros de Rentabilidade para Bancos

ÍNDICES DE RENTABILIDADE	FÓRMULA
GERAÇÃO DE RENDAS	$(RIF/APLICAÇÃO\ TOTAL) \times 100$
MARGEM BRUTA	$(RBIF / (RIF + RECEITA\ DE\ SERVIÇOS)) \times 100$
MARGEM OPERACIONAL	$(RESULTADO\ OPERACIONAL / (RIF + RECEITA\ DE\ SERVIÇOS)) \times 100$
MARGEM LÍQUIDA	$(RESULTADO\ LÍQUIDO / (RIF + RECEITA\ DE\ SERVIÇOS)) \times 100$
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	$(RESULTADO\ LÍQUIDO / PATRIMÔNIO\ LÍQUIDO) \times 100$
RETORNO SOBRE ATIVO	$(RESULTADO\ LÍQUIDO / ATIVO\ TOTAL) \times 100$
RENTABILIDADE DA ATIVIDADE BANCÁRIA	$((RESULTADO\ OPERACIONAL - RPCC - OUTRAS\ RECEITAS) / PATRIMÔNIO\ LIQUIDO) \times 100$

Fonte: MATIAS, 1999, p. 70, adaptado pela autora em 2021.

A natureza desta pesquisa é aplicada, uma vez que se busca responder qual das instituições financeiras é a mais rentável através da aplicação de teorias e estudos contábeis e assim buscar saber o que ocasiona as disparidades entre as três instituições. Além de também, ser uma fonte de informações a investidores e futuros investidores.

O método de abordagem do problema se dá por meio de uma pesquisa quantitativa uma vez que, os índices de rentabilidade são uma espécie de medidores que relacionam as variáveis das demonstrações contábeis, que determinam a capacidade de uma empresa, ou nesse caso, instituição gerar retornos.

Este trabalho é desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória, já que faz uso de informações preliminares (demonstrações contábeis), que estão disponíveis no site da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e a partir dessas realiza um estudo de caso de cada instituição pesquisada nesse trabalho.

Os procedimentos técnicos adotados nessa pesquisa são a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. É definida como uma pesquisa bibliográfica porque utiliza-se materiais como livros e artigos relacionados ao assunto, para dar embasamento a esta pesquisa. Outro ponto importante é que os dados (demonstrações contábeis) que serão utilizados, serão acessados pelo sitio eletrônico que ambas as instituições financeiras estão listadas, B3 – BRASIL BOLSA BALCÃO. Com relação ao estudo de caso, pode assim ser classificado pelo fato de que serão analisadas individualmente as demonstrações contábeis de cada instituição financeira (Banco Bradesco e Banco Santander), ou seja, será realizada uma investigação aprofundada em cada uma dessas instituições, afim de realizar uma comparação entre as mesmas e verificar como o índice de rentabilidade se comporta em cada uma.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a realização dessa análise foi utilizado demonstrações contábeis compreendidas entre 2016 à 2020, das instituições financeiras Banco do Brasil, Bradesco e Santander, sendo que os dados para essa pesquisa foram coletados no sítio eletrônico da bolsa de valores do Brasil – B3. A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa, onde cada índice de rentabilidade está disposto em uma tabela distinta, sendo que a primeira é a tabela 1, que trata sobre o índice geração de rendas, sendo que este índice faz uso de dados que estão disponíveis no ativo e na demonstração do resultado.

Tabela 1. Índice de Rentabilidade – Geração de Rendas

ANO	Banco do Brasil	Bradesco	Santander
2016	38,64%	44,12%	49,95%
2017	28,68%	31,31%	47,56%
2018	30,54%	63,21%	35,43%
2019	31,20%	64,59%	39,23%
2020	19,13%	21,31%	39,09%

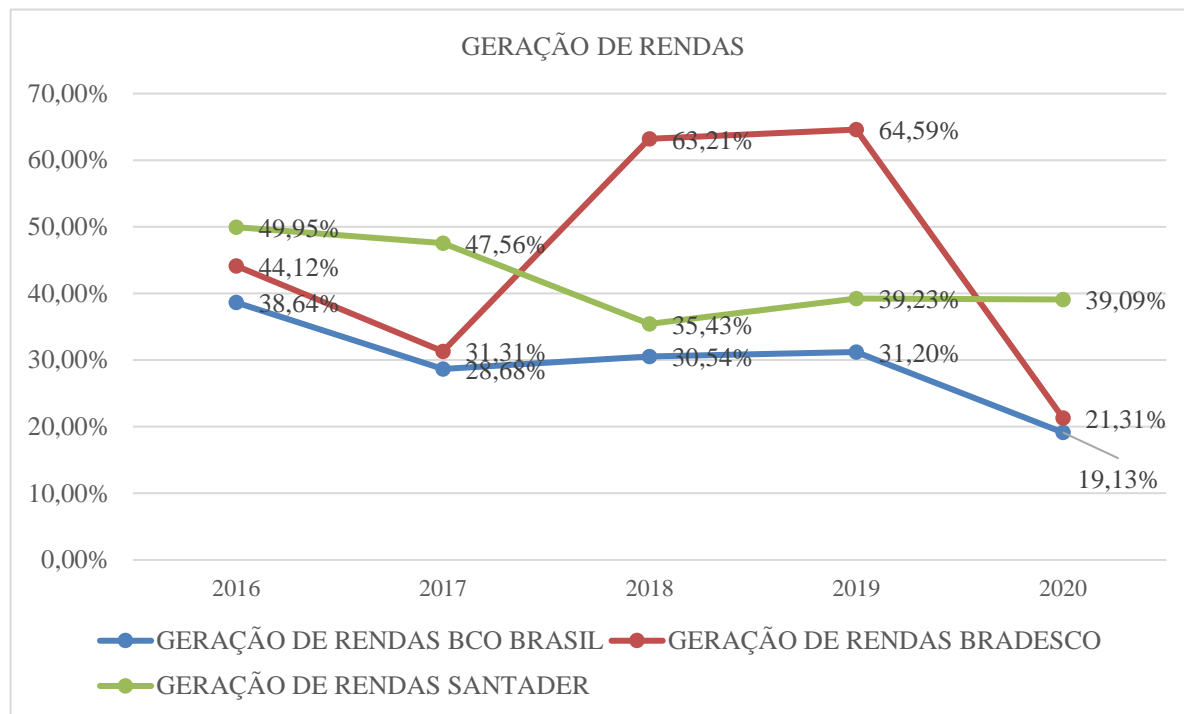
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir da tabela acima é possível visualizar que o Banco Santander é a instituição que possui os índices de geração de rendas mais elevados se considerado um período mais longo e estabilidade, em relação aos demais, já que em 2018 e 2019 o Banco Bradesco obteve índice muito superior ao dele. De acordo com um estudo feito por CARNEIRO, SALGADO JUNIOR e MARCORIS (2015), para que uma instituição financeira obtenha resultado satisfatório no que implica a sua rentabilidade, estas devem possuir a capacidade de minimizar seus custos e maximizar suas receitas.

Diante dos fatores citados acima, verifica-se que todas as instituições financeiras listadas nessa pesquisa, tiveram regressão do índice geração de rendas, uma vez que a cada

ano que se passou o índice foi diminuindo, com exceção de dois períodos, pois em 2018 e 2019 o Banco do Brasil e o Bradesco apresentaram aumento de índice.

Gráfico 1. Índice de Rentabilidade – Geração de Rendas



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O gráfico acima mostra o desempenho de cada instituição a partir dos dados extraídos da tabela 1, podendo ser observado com mais clareza o desempenho das instituições financeiras em cada ano, nota-se que em 2018 e 2019 o Bradesco obteve um desempenho muito superior aos seus concorrentes, desempenho este não alcançado em nenhum outro ano pelos demais.

A seguir é apresentado a tabela 2, que se refere ao índice margem bruta, sendo que este utiliza apenas dados da DRE. De modo geral, este índice representa os ganhos auferidos pela atividade descontados dos custos para a realização desta.

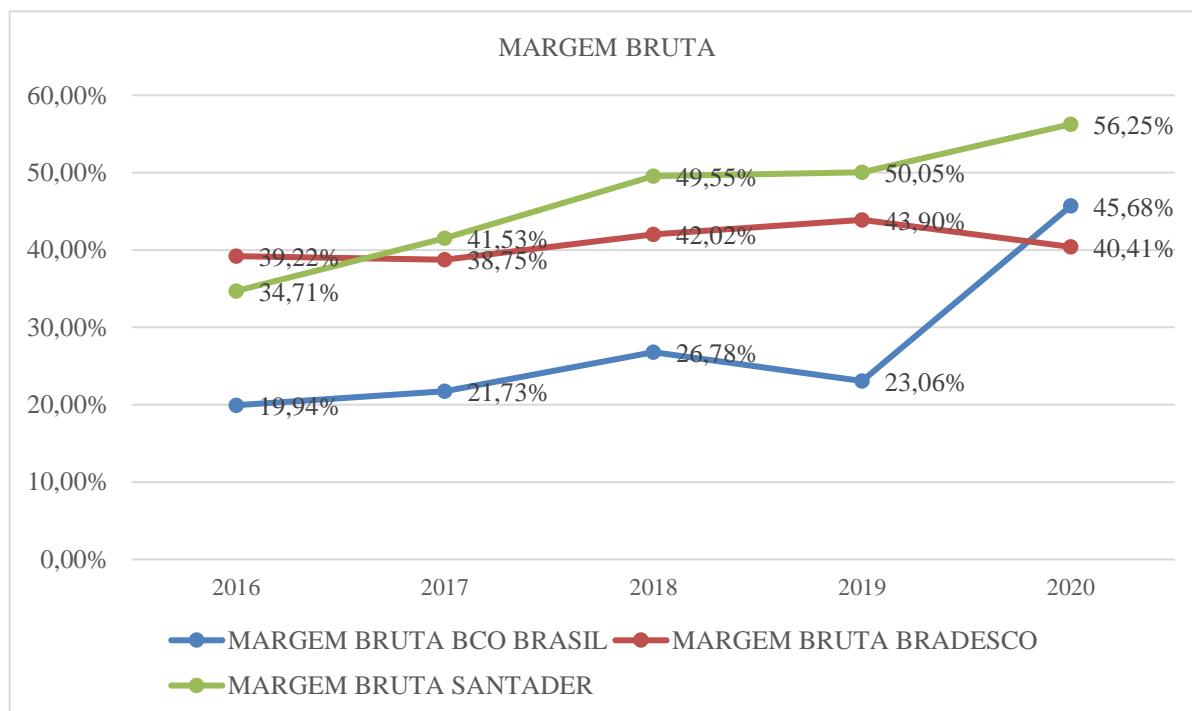
Tabela 2. Índice de Rentabilidade – Margem Bruta

ANO	Banco do Brasil	Bradesco	Santander
2016	19,94%	39,22%	34,71%
2017	21,73%	38,75%	41,53%
2018	26,78%	42,02%	49,55%
2019	23,06%	43,90%	50,05%
2020	45,68%	40,41%	56,25%

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir da tabela acima fica expresso que o Banco Santander, foi a instituição que obteve melhor resultado, já que seu índice foi maior em relação aos outros, ficando apenas em 2016 com índice inferior ao seu concorrente Banco Bradesco, que teve com índice 39,22% e o Banco Santander 34,71% e o Banco do Brasil obteve menor índice 19,94%, diferença está consideravelmente alta em relação ao demais.

Gráfico 2. Índice de Rentabilidade – Margem Bruta



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O Gráfico acima representa os dados extraídos da tabela 2, é possível visualizar que a margem bruta no geral teve um crescimento de um ano para o outro, com exceção apenas do Banco Bradesco que teve um pequeno decréscimo do índice de 43,90% em 2019, para 40,41% em 2020. É válido ressaltar também que o Banco do Brasil teve o aumento significativo, pois em 2016 teve resultado de 19,94% e em 2020 se sobressaiu ao Banco Bradesco, tendo como resultado 45,68%.

Abaixo é apresentando a terceira tabela 3, que corresponde a margem operacional, sendo que para calcular este índice são utilizados dados da DRE.

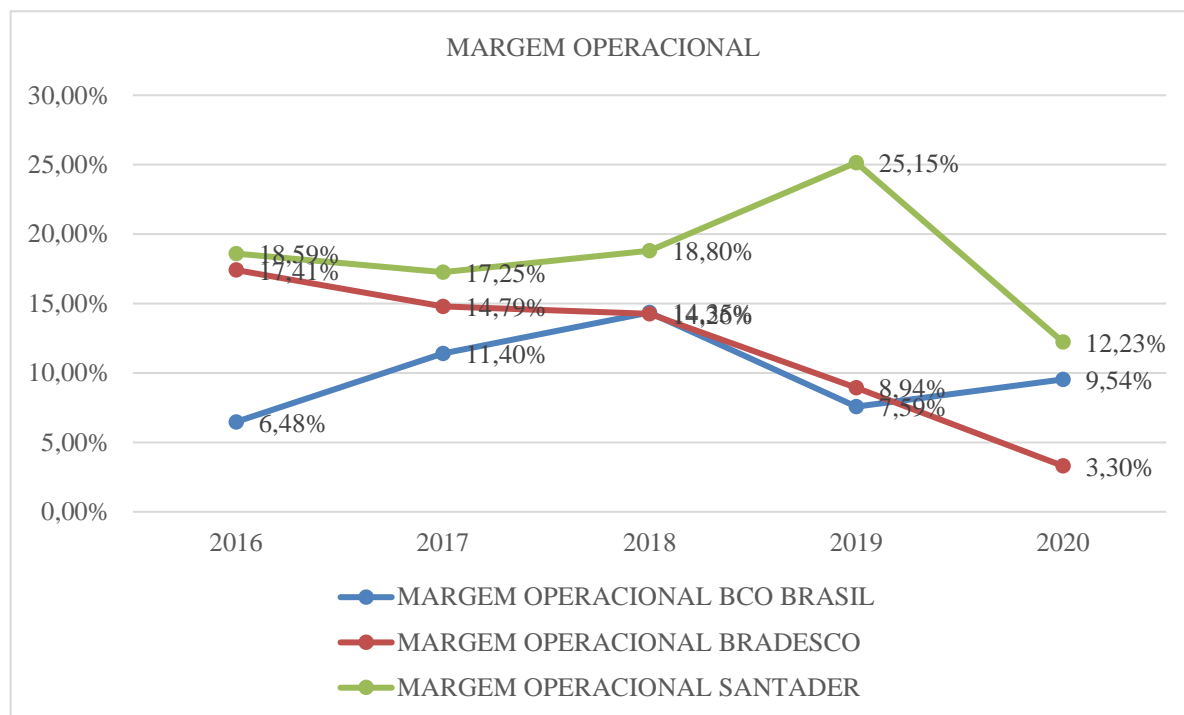
Tabela 3. Índice de Rentabilidade – Margem Operacional

ANO	Banco do Brasil	Bradesco	Santander
2016	6,48%	17,41%	18,59%
2017	11,40%	14,79%	17,25%
2018	14,35%	14,26%	18,80%
2019	7,59%	8,94%	25,15%
2020	9,54%	3,30%	12,23%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na tabela acima a instituição que obteve um melhor índice foi o Banco Santander, se sobressaindo em todos os períodos. Em uma pesquisa realizada no Brasil, utilizando como amostra os 50 maiores bancos que atuam no país, foi constatado que os bancos que obtiveram maiores índices de retorno, foram aqueles que possuíam menor comprometimento das receitas de prestação de serviço com o pagamento de despesas operacionais. (PRIMO, DANTAS, MEDEIROS, CAPELLETTO 2013).

Gráfico 3. Índice de Rentabilidade – Margem Operacional



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O gráfico acima trata-se dos dados da tabela 3. A margem operacional apresenta considerável variação, sendo que o Banco do Brasil obteve melhor resultado em 2017, com índice de 11,40% e seu pior resultado foi em 2016, onde apresentou índice de 6,48%. Já o Banco Bradesco obteve seu maior índice de 17,41% em 2016, sendo que nos anos posteriores seu índice foi reduzindo, chegando a apresentar 3,30% em 2020. Quanto ao Banco Santander seu maior índice foi em 2019, apresentando 25,15% e seu menor índice foi em 2020, o qual foi de 12,13%. Nota-se que a instituição que sofreu maior redução do índice em 2020, foi o Banco Bradesco.

A seguir, a tabela 4, corresponde à margem líquida, que faz uso de dados também disponíveis somente na demonstração de resultado.

Tabela 4. Índice de Rentabilidade – Margem Líquida

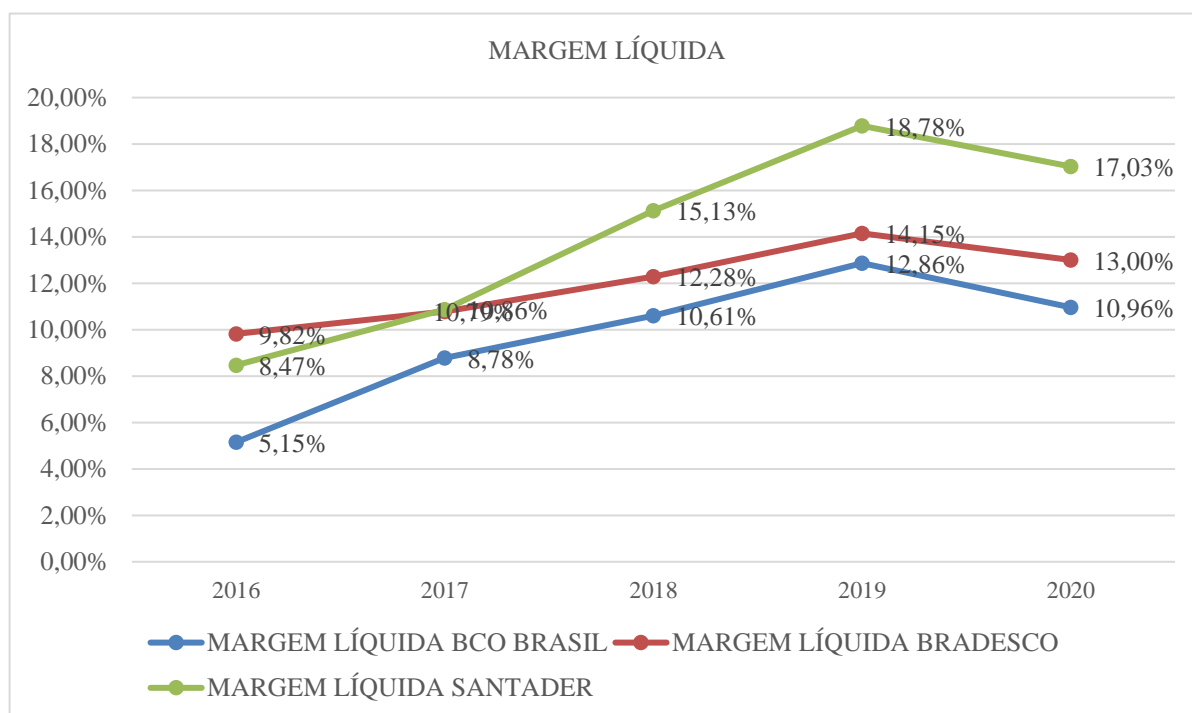
ANO	Banco do Brasil	Bradesco	Santander
2016	5,15%	9,82%	8,47%
2017	8,78%	10,79%	10,86%
2018	10,61%	12,28%	15,13%
2019	12,86%	14,15%	18,78%
2020	10,96%	13,00%	17,03%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na margem líquida o Banco Santander continua com índice superior aos demais bancos, ficando atrás apenas em 2016 em relação ao índice do Banco do Bradesco. Abaixo tem-se o gráfico que representa a margem líquida com as informações da tabela acima, no qual está evidente que o Banco do Brasil, foi a instituição que apresentou menor índice, mas também deve-se considerar que houve uma evolução, já que em 2016 seu índice era de 5,15% e em 2019 foi para 12,86% e em 2020 sofreu uma pequena redução que resultou em 10,96%. Pode-se observar que todas as instituições apresentaram aumento de índice de 2016 até 2019, e que em

2020 sofreram uma pequena redução desse índice, que foi respectivamente de 1,90%, 1,15% e 1,75%.

Tabela 4. Índice de Rentabilidade – Margem Líquida



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Abaixo está sendo apresentado a tabela 5, que se refere a rentabilidade do PL, sendo que são utilizados dados do passivo e do resultado para calcular este índice.

Tabela 5. Índice de Rentabilidade - Rentabilidade do Patrimônio Líquido

ANO	Banco do Brasil	Bradesco	Santander
2016	9,61%	17,06%	8,80%
2017	12,13%	14,71%	10,49%
2018	14,43%	13,43%	13,97%
2019	17,18%	15,62%	17,11%
2020	10,40%	10,97%	12,68%

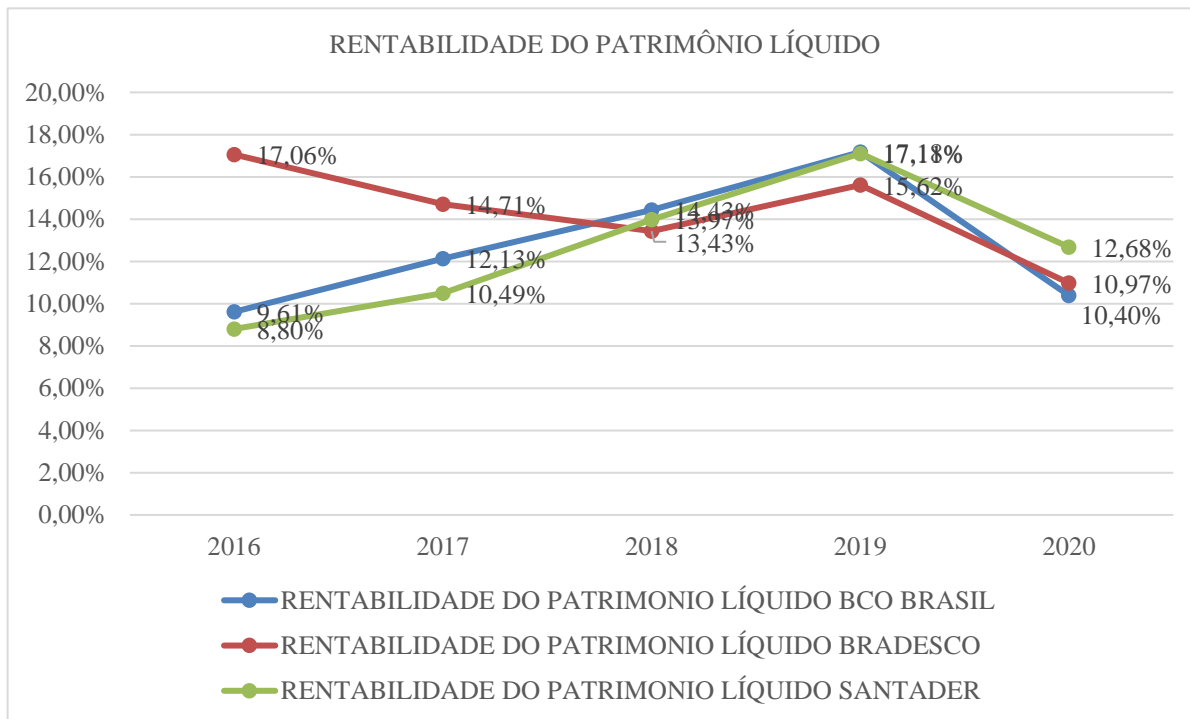
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir resultado dos índices de rentabilidade do patrimônio líquido é possível notar que nos dois primeiros anos o Banco Bradesco obteve índice mais elevado que os demais, mas em 2018 e 2019 o Banco do Brasil o ultrapassou se tornando a instituição que obteve maior índice nesse período e apenas em 2020 o Banco Santander obteve o índice maior que os demais.

Abaixo é apresentado o gráfico 5, com os dados da tabela do índice de rentabilidade do patrimônio líquido, onde é possível constatar que todas as instituições financeiras analisadas nessa pesquisa, obtiveram melhor desempenho do índice em 2019, com exceção do Banco Bradesco que atingiu seu melhor índice em 2016, sendo de 17,06% e em 2019 foi de 15,62. O Banco do Brasil apresentou uma crescimento no índice do ano de 2016 para 2019, sendo que seu percentual foi superior aos do seus concorrentes nos anos de 2018 - no qual obteve 14,43% e em 2019 – com percentual de 17,18%, porém em 2020 seu índice foi inferior a demais instituições, 10,40%. Nota se que o ano em que houve maior discrepância desse índice, entre as instituições financeiras, foi em 2016, já que o Banco Bradesco apresentava a porcentagem

de 17,06%, a qual era bem acima dos seus concorrentes que indicaram 9,61% Banco do Brasil e 8,80% Banco Santander, resultando assim em uma diferença de 7,45% e 8,26% respectivamente.

Gráfico 5. Índice de Rentabilidade - Rentabilidade do Patrimônio Líquido



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A seguir a tabela 6, que apresenta o retorno sobre o ativo, que extraiu dados tanto do ativo quanto do resultado, para possibilitar o desenvolvimento do cálculo deste índice.

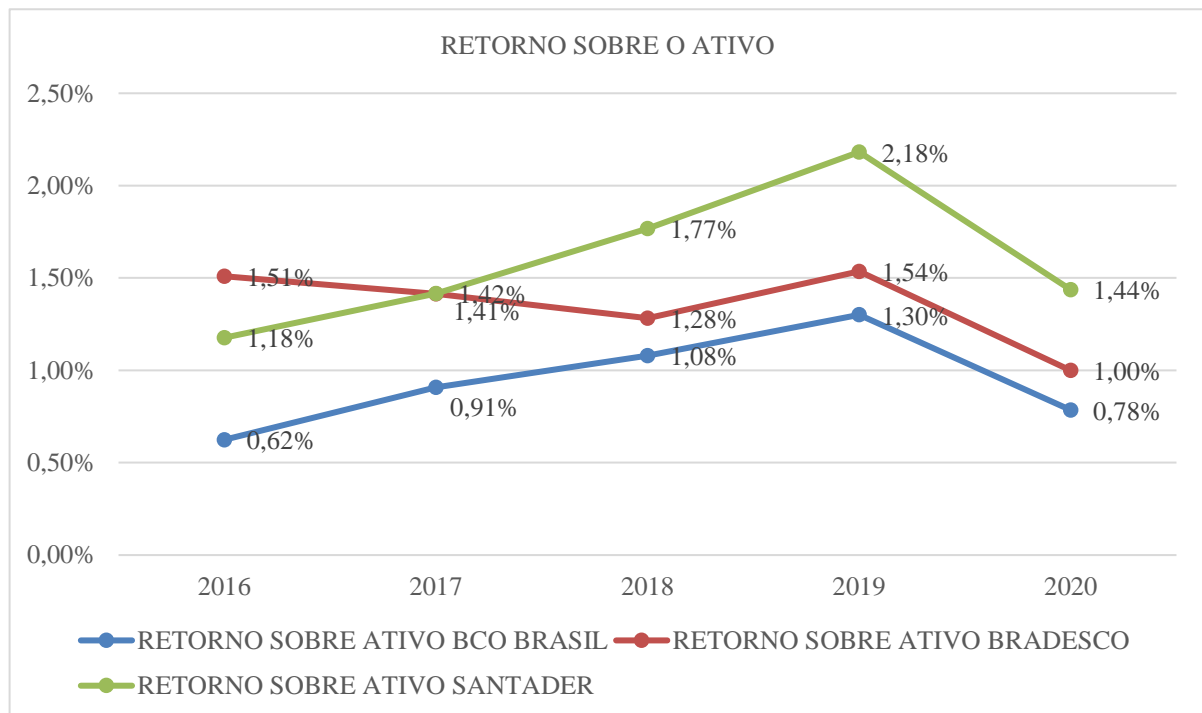
Tabela 6. Índice de Rentabilidade – Retorno Sobre o Ativo

ANO	Banco do Brasil	Bradesco	Santander
2016	0,62%	1,51%	1,18%
2017	0,91%	1,41%	1,42%
2018	1,08%	1,28%	1,77%
2019	1,30%	1,54%	2,18%
2020	0,78%	1,00%	1,44%

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao analisar este índice é constatado que o Banco Santander se sobressai as demais instituições, ficando apenas em 2016 com índice inferior ao do Banco Bradesco. Segue abaixo a representação gráfica do retorno sobre o ativo, na qual fica evidente que em 2019 todas as instituições financeiras apresentaram melhores resultados, os índices nesse período foram superiores aos outros anos. O Banco do Brasil apresentou menor índice em 2016 (0,62%) e em 2019 auferiu o índice de 1,30%. O Banco Bradesco apresentou menor índice em 2020 (1%) e em 2019 obteve índice de 1,54%, muito próximo ao de 2016 que foi de 1,51%. E o Banco Santander teve ser menor índice em 2016 (1,18%) e em 2019 alcançou um índice de 2,18%.

Gráfico 6. Índice de Rentabilidade – Retorno Sobre o Ativo



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Abaixo tem se tabela 7, que é referente a rentabilidade da atividade bancária, para possibilitar o cálculo desse índice foram necessários utilizar dados disponíveis no passivo e na DRE.

Tabela 7. Índice de Rentabilidade – Rentabilidade de Atividade Bancária

ANO	Banco do Brasil	Bradesco	Santander
2016	1,86%	28,64%	19,26%
2017	7,76%	18,71%	16,58%
2018	10,55%	14,25%	17,30%
2019	-0,17%	8,99%	22,76%
2020	2,09%	2,48%	9,00%

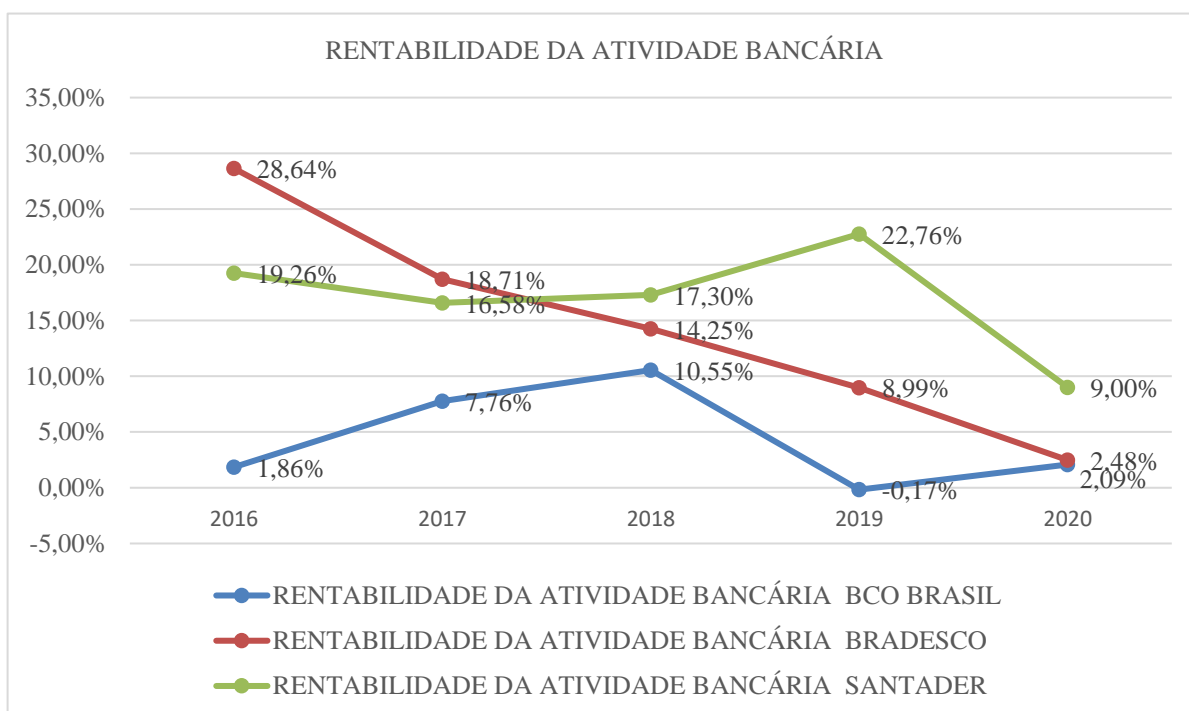
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A tabela acima mostra que no quesito índice de rentabilidade da atividade bancária o Banco do Brasil chama a atenção pelo fato de ser a instituição que obteve um resultado muito inferior aos demais, apresentando até mesmo um déficit em 2019. De acordo com pesquisa realizada por SILVA (2017), na qual foi utilizado como método o índice RAROC, que de acordo com a autora é um indicador que demonstra o quão rentável a instituição tem sido diante da sua atual carteira de crédito, dos seus resultados econômicos e de proteção de riscos – o Banco do Brasil, esteve abaixo da média dos outros bancos de grande porte, tendo como principal fator a diminuição o lucro líquido ao longo dos anos.

Segue abaixo a representação gráfica do índice de rentabilidade da atividade bancária, no qual é possível observar que o Banco Bradesco também apresentou drástica redução no último período (2,48%), quase se igualando ao Banco do Brasil, sendo que seu maior percentual foi de 28,64% em 2016. Já o Santander teve seu maior índice em 2019, que foi de 22,76 e seu menor índice foi em 2020, que foi 9,00%, ou seja, a redução foi uma pouco maior que a metade

se comparado ao ano de maior rentabilidade. Mas nenhum desses dois apresentou índice deficitário, como o que aconteceu no caso do Banco do Brasil.

Gráfico 7. Índice de Rentabilidade – Rentabilidade de Atividade Bancária



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em uma pesquisa realizada por Cardoso; Campos; Dantas e Medeiros (2017), na qual utilizou de como amostras 184 conglomerados financeiros ou instituições individuais, foi avaliado que para se obter um efeito positivo na rentabilidade, os bancos tem que ser orientados a reduzir ativos de alto rendimento e aumentar as captações estáveis.

Quadro 4. Comparativo entre as Instituições do desempenho dos índices

	BANCO DO BRASIL	BANCO BRADESCO	BANCO SANTANDER
GERAÇÃO DE RENDAS		X	
MARGEM BRUTA			X
MARGEM OPERACIONAL			X
MARGEM LÍQUIDA			X
RENTABILIDADE DO PATRIMONIO LÍQUIDO		X	
RETORNO SOBRE ATIVO			X
RENTABILIDADE DA ATIVIDADE BANCÁRIA			X

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O quadro acima é resultado da média dos resultados dos índices de cada instituição, sendo que as que obtiveram uma média maior, estão marcadas com (x), ficando evidenciado que a instituição que obteve mais índices com resultados superiores aos seus concorrentes, foi o Banco Santander.

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo fazer um comparativo entre três instituições financeiras atuantes no Brasil e que estão entre as maiores no país segundo o ranking da revista exame, sendo elas Banco do Brasil, Bradesco e Santander, sendo que para realizar esta comparação foi necessário realizar o cálculo dos índices de rentabilidade através das demonstrações contábeis disponíveis no sítio eletrônico da B3.

Diante dos resultados obtidos pelos índices verificou-se que o Banco Santander foi a instituição que obteve os melhores resultados uma vez que se sobressaiu em praticamente todos os índices, mas vale ressaltar que o Bradesco também obteve índices satisfatórios e muito próximos ao do Santander, já o Banco do Brasil foi o único que apresentou índices inferiores aos seus concorrentes, sendo que o que mais chamou a atenção foi período de 2019, pois em especial no índice de rentabilidade da atividade bancária seu resultado foi deficitário em -0,17%.

Para concluir é válido ressaltar que para a realização desse estudo foram empregados 7 modelos de índices de rentabilidade, sendo que em sua grande maioria observou-se redução do índice do ano de 2019 para o ano de 2020, período em que não só Brasil como o Mundo foi acometido por uma pandemia que perdura até o ano de 2021, que conseqüentemente gerou uma crise financeira que afetou a maioria das atividades econômicas e com isso as instituições financeiras disponibilizaram mais créditos aos seus usuários e prazos com carência de pagamento mais longos que os habituais.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRAGA, Roberto; NOSSA, Valcemiro; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Uma Proposta Para a Análise Integrada da Liquidez e Rentabilidade das Empresas. **REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS**, São Paulo, Edição Especial, p. 51-64, 2004.

CARDOSO, Vanessa Rodrigues dos Santos; CAMPOS, Lorena Almeida; DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de. Fatores Relacionados à Liquidez Estrutural dos Bancos no Brasil. **REV. CONT. FIN.**, São Paulo, v. 30, n. 80, p. 252-267, 2019.

CARNEIRO, Murilo; JUNIOR SALGADO, Alexandre Pereira; MACORIS, Lucas Serrão. Avaliação da Eficiência Bancária por Meio da Abordagem de Intermediação: Uma análise comparativa de instituições financeiras brasileiras. **REVISTA ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO**, Porto Alegre, Edição 85, n. 3, pg. 336-359, 2016.

DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otavio Ribeiro; CAPELLETTO, Lucio Rodrigues. Determinantes do Spread Bancário Ex Post no Mercado Brasileiro. **REV. ADM. MACKENZIE**, São Paulo, v. 13, pg. 48-74, 2012.

DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otavio Ribeiro; PAULO, Edilson. Relação entre Concentração e Rentabilidade no Setor Bancário Brasileiro. **REV. CONT. FIN**, São Paulo, v. 22, n. 55, pg. 5-28, 2011.

DARÓS, Leandro Luís; BORBA, José Alonso. Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos nas Demonstrações Contábeis: Uma Análise das Empresas Brasileiras. **REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS**, São Paulo, n. 39, p. 68-80, 2005.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 20. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2015.

GARTNER, Ivan Ricardo; MOREIRA, Tito Belchior Silva; GALVES, Harley Martins. Análise do Risco Setorial Como Instrumento de Controle Gerencial Em Instituições Financeiras. **Revista de Administração Mackenzie**, vol. 10, n. 5, p. 107-129, 2009.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica**. 2. ed. São Paulo: Copyright © por editora HARBRA, 2001.

KERR, Roberto Borges. **Mercado Financeiro e de Capitais**. São Paulo: Pearson Prentice, 2011.

LINS, Luiz dos Santos; FILHO, José Francisco. **Fundamentos e Análise das Demonstrações Contábeis: Uma Abordagem Interativa**. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

MATIAS, Alberto Borges. Insucesso de Grandes Bancos Privados Brasileiros de Varejo. 1999. 145 p. Tese (Curso de Livre Docência), Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, São Paulo, 1999.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. - 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

PRIMO, Uverlan Rodrigues; DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otávio Ribeiro. Determinantes da Rentabilidade Bancária no Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 4, pg. 308-323, 2013.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ, Lopes. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas. 2007.

SILVA, Amanda Calisto. Análise de Rentabilidade das Instituições Financeiras, Baseada no Modelo RAROC. 2017. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis), Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, 2017.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à Economia**. Ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.